

■ DOSSIÊ - RELATOS DE EXPERIÊNCIA

■ Construindo práticas educativas na modalidade EJA: Concepções teórico-metodológicas – uma experiência na formação continuada

 *Juliana Alves de Araújo Bottechia**

Resumo: Em 2010, ocorreu um momento histórico de ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede pública distrital de ensino, no qual as vagas oferecidas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) no quadro de acesso para aquele ano foram preenchidas na totalidade e sem a necessidade de abrir novas ofertas de vagas. Esse fenômeno exigiu que as políticas públicas especificamente para essa modalidade da educação básica em específico se reorganizassem no cenário local, o que reafirmou a EJA como espaço de inclusão ainda mais significativo. Uma das políticas públicas adotadas na época foi a revitalização da formação continuada dos profissionais envolvidos com a Educação de Jovens e Adultos. Inclusive foi constituído um grupo de formadores na então Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) que abraçaram o espaço e realizaram diversas atividades embasadas em Paulo Freire, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti, Wildson Santos entre outros, como cursos de formação continuada, projetos pedagógicos interventivos no ensino-aprendizagem com ênfase em práticas pedagógicas que desvelassem a diversidade de sujeitos e buscassem a igualdade de direitos, além de mostra de trabalhos com palestras e exposição das produções. Os resultados que podem ser revisitados neste relato apresentam então as ações empreendidas pela SEEDF com vistas à ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos na rede pública de ensino, bem como os necessários desdobramentos estratégicos de aumento da oferta da modalidade na rede e as bases teóricas da formação continuada, em que pese a delimitação dos momentos e o impacto no sistema educacional em 2010.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Rede pública de ensino. Formação continuada.

* *Juliana Alves de Araújo Bottechia é doutora em Educação pela Universidade da Madeira (UMa/ Portugal), bacharela e licenciada em Química pela Universidade Mackenzie (São Paulo/SP), especialista em Química (UFLA), em Gestão Educacional (UEG) e em Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (UnB) e mestre em Ciências da Educação (UPE). Professora de Química da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e docente do curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - campus Formosa. Contato: juliana.bottechia@edu.se.df.gov.br.*

Introdução

Este relato trata da experiência realizada no primeiro curso de formação continuada na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) após um período de dez anos sem cursos específicos para essa modalidade. A oferta ocorreu no bojo da ampliação das vagas oferecidas pela SEEDF para estudantes da EJA, o que exigia uma atualização dos profissionais na área, pois tal ampliação justificava maior quantidade de profissionais trabalhando com essa modalidade e nem todos apresentavam formação adequada.

Assim, foi constituído um grupo de formadores oriundos da própria SEEDF¹ com experiência e/ou formação na área, para criar cursos de atualização e aperfeiçoamento naquela Escola (EAPE). Este primeiro curso abordava os aspectos de cunho

Figura 1: Logomarca do Grupo de Formadores da EJA/EAP/SEEDF - 2010.



Arte: João Bacelar.

didático-metodológico que orientavam desde a concepção da Educação de Jovens e Adultos até o seu desenvolvimento nos dias atuais. Ressaltavam-se aspectos que mereciam destaque entre eles, como aqueles que contribuíram para reduzir práticas que alijavam a participação de jovens e adultos nos processos produtivos e ainda aumentassem as possibilidades de enfrentamento das condições de exclusão escolar em que estavam inseridos.

Em 2010, tendo em vista o momento histórico de ampliação da EJA na rede pública de ensino do Distrito Federal, no qual a totalidade das vagas oferecidas do quadro de acesso foi preenchida e sem a necessidade de re-oferta de vagas, esta modalidade

da educação básica precisou reorganizar-se e reafirmar-se no cenário local como espaço de inclusão ainda mais significativo. Percebeu-se, então, que mesmo em tempos de precarização do trabalho – aqui considerado como uma categoria histórica – os sistemas de ensino tornavam-se cada vez mais exigidos, em face às rápidas mudanças observadas nos meios de produção. Daí afirmarmos que a relação trabalho-educação, entendida na sua complexidade, apresentava-se como o núcleo pedagógico central para desenvolver na escola uma política educacional emancipatória. Desta forma, nesse período partiu-se da premissa que a continuidade da formação docente se instituiria como uma política de fundamental importância para assegurar, no espaço/tempo da escola, a qualidade do ensino e a identidade profissional. A defesa desse raciocínio aponta para necessidade de realizar, em âmbito institucional, cursos de formação continuada para professores regentes da rede pública de ensino que considere, na especificidade e na natureza de cada etapa e modalidade da educação básica, o seu ponto de partida.

No caso da EJA, são as questões de cunho sociocultural relacionadas à diversidade dos contextos de produção da vida material que, primordialmente, deveriam orientar a formação nessa área da docência. Se pensada dessa forma, a educação escolar, dentro dos princípios da aprendizagem e da formação humana, concebe um ideal de homem e de mundo construído sob a perspectiva dialética das relações sociais. Essa concepção chama a atenção das instituições educacionais formadoras, quanto à concepção e ao formato na elaboração de políticas públicas de estudos continuados para professores. Por isso, depreende-se que os processos de ensino, quando aliados das práticas sociais, pouco têm a contribuir para inserção produtiva de jovens e adultos em esferas democráticas da sociedade. Consequentemente, reduz-se qualquer possibilidade de enfrentamento das condições de exclusão escolar em que está inserida a população menos privilegiada.

Mas, qual era a questão pedagógica central da Educação de Jovens e Adultos? Como se dava unidade às categorias educacionais trabalho-educação circunscritas ao currículo da Educação de Jovens e Adultos? Seriam somente esses os elementos pedagógicos presentes na modalidade em 2010? A resposta a tantas perguntas estava no desafio em promover, no interior da escola, uma *práxis* educativa, que ao articular o trabalho imaterial com o trabalho produtivo, oferecesse unidade aos conteúdos curriculares.

A concepção do curso

Com tal perspectiva, foi proposta a realização da formação continuada aos professores que atuavam na EJA na rede pública de ensino do Distrito Federal. O objetivo principal dessa formação era promover o aprimoramento do trabalho docente na perspectiva do letramento e da diversidade sociocultural.

Postulava-se que com esse curso a discussão e o aprofundamento dos conceitos teóricos da EJA deveriam buscar sua especificidade, democratizar e ampliar os itinerários metodológicos de ensino, de modo que o saber escolar pudesse ser compreendido e utilizado nos diferentes segmentos da vida social, como direito mesmo para quem precisou interromper seus estudos pelos mais diversos motivos, nas mais diversas idades.

Realizado no primeiro semestre de 2010, o curso com carga horária de 60 horas ofereceu 1.500 vagas aos profissionais da SEEDF, distribuídas em 47 turmas com horário prioritariamente noturno, sendo algumas dessas no diurno, e organizadas em quatro polos (Gama, Plano Piloto, Sobradinho e Taguatinga). No total, foram 1.497 docentes inscritos, que puderam experienciar as abordagens de conteúdos focadas nas questões pedagógicas centrais da EJA, com a intenção de dar unidade às categorias educacionais trabalho-educação circunscritas ao currículo.

Embasado em uma perspectiva sócio-histórica da aprendizagem, o curso buscou fundamentar os conteúdos escolares sob o enfoque do letramento e da diversidade, de modo que as metodologias utilizadas na realização das práticas de sala de aula levassem a diferentes procedimentos e estratégias de organização do tempo e espaço do trabalho pedagógico, quais sejam: memorial educativo, diagnóstico da realidade social dos sujeitos da EJA e, por fim, a elaboração de um projeto de intervenção pedagógica (PI).

A elaboração dos PIs demandou estudos e pesquisas sobre vários aspectos da EJA com base nas realidades das escolas, dos níveis regional e central de coordenação, das comunidades, da EJA no sistema prisional. Tanto ganhou relevo que culminou numa importante apresentação e socialização destes projetos para além da sala de aula, a realização de uma Mostra de Trabalhos (fotos 1-3).

O percurso metodológico

As aulas direccionavam desde o início o projeto de intervenção pedagógica (PI) com a execução de um “diagnóstico” da realidade e a construção de um “memorial educacional-profissional” do professor para que

Foto 1: Preparativos.



Fonte: autora.

Foto 2: Credenciamento.



Fonte: autora.

Foto 3: Mesa de abertura.



Fonte: autora.

estudantes trabalhadores do mercado de serviços em geral, tendo como maior parte a presença de adultos e idosos. Em 2010, contudo, se reconfigurou com o ingresso de grande número de adolescentes, num processo de juvenilização da EJA,

que por motivos diversos vem cada vez mais engrossando as fileiras das suas carteiras escolares, trazendo uma nova realidade, que impõe ainda hoje um grande desafio ao docente para equacionar interesses diante de um público tão heterogêneo.

Sentimos nas falas dos docentes uma angústia no sentido de que essas escolas pudessem se organizar com a constituição de uma equipe gestora, com o recebimento de verbas e com autonomia pedagógica para elaboração e execução de um projeto político pedagógico (PPP), e com adequação de currículo e metodologia para as especificidades desse público. Em 2015, houve um avanço nesse sentido, quando ocorreu a institucionalização de uma escola, sendo essa vinculada à Coordenação Regional do Plano Piloto e Cruzeiro – CRE PPC, a qual tem a função de gerir o administrativo e o pedagógico das turmas que funcionam no Sistema Prisional do Distrito Federal.

Esta reflexão sobre a experiência real apoiada nos referenciais já mencionados subsidiou a elaboração de PIs que tinham por objetivo pensar de forma sistematizada a realidade dos problemas escolares e formular propostas de ação interventiva. Assim, em síntese, a metodologia de trabalho desenvolveu-se a partir da identificação de uma situação problema-desafio que gerou um diagnóstico, uma problematização e um projeto interventivo para solução da questão.

Outra limitação imposta aos profissionais de EJA que nos foi possível detectar foi o não atendimento aos estudantes da EJA pelas equipes de diagnóstico, atendimento este que é ofertado ao ensino fundamental.

Ocorre assim que os estudantes da EJA com qualquer tipo de limitação não podem ser diagnosticados na rede e, quando chegam à escola com diagnóstico de profissionais externos à rede de ensino, não encontram as condições adequadas ao atendimento especializado que necessitam. Desse modo, as condições de aprendizagem nessa modalidade se mostram mais frágeis por apresentar debilidades em graus bem mais profundos em relação ao que se constata nas outras modalidades. A perspectiva de comunidade de trabalho e aprendizagem colaborativa, buscando concretizar uma proposta de educação apoiada na pedagogia da autonomia, como defendia o educador Paulo Freire, se mantém mesmo após o encerramento do curso com interação e comunicação entre os participantes.

Outro desafio se revelou nas coordenações pedagógicas semanais para a construção coletiva do material didático utilizado, bem como a discussão das concepções pedagógicas a serem trabalhadas e o acerto de questões administrativas das turmas e polos. Nessas ocasiões também se discutiam os processos avaliativos, tanto que ao final a maioria dos profissionais-cursistas avaliou o curso como uma iniciativa positiva e um importante espaço para o aprofundamento da reflexão e da busca por melhoria da qualidade da EJA.

Quanto ao desenvolvimento das atividades, foi avaliado como um momento de intenso debate que se constitui um espaço de “escuta sensível” para a fala dos profissionais da EJA, que puderam expressar suas angústias e ansiedades em relação aos principais problemas enfrentados nesta modalidade. A análise de dados quantitativos dos questionários da EAPE de “Avaliação Final do Curso” devolvidos mostrou que 90% dos profissionais-cursistas consideraram a formação como boa/excelente, e os PIs se transformaram em pôsteres que foram

apresentados na I - Mostra de Trabalhos do Curso de Formação da EAPE na Educação de Jovens e Adultos, que ocorreu no segundo semestre de 2015.

Considerações finais

Podemos perceber ainda como foco de angústia dos profissionais que atuavam na EJA em 2010 a fragilidade do processo de definição curricular e a quase inexistência de material didático, bem como o diagnóstico da heterogeneidade das realidades para a modalidade. Tanto quanto os profissionais-cursistas, consideramos muito positiva a experiência daquela formação como um fórum de debate onde puderam trocar experiências, aprofundar seu conhecimento do contexto geral e de cada contexto em particular, com vista à elaboração de uma intervenção pedagógica propositiva.

Naquela oportunidade, tal intervenção poderia ser elaborada a partir de qualquer dimensão da prática educativa escolar, da gestão, da organização do trabalho pedagógico do processo de ensino aprendizagem específico de um componente curricular, de uma questão administrativa ou mesmo de uma questão

da política pública. Isso permitiu aos envolvidos, cursistas e formadores, um conhecimento geral da realidade da EJA naquela ocasião, até hoje.

Em contrapartida, em 2014, a SEEDF elaborou e publicou documentos referenciais para a EJA, tais como: Caderno do Currículo da Educação de Jovens e Adultos; Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos; e as Diretrizes de Avaliação Educacional (SEEDF, 2014). Documentos norteadores que neste momento histórico são considerados como avanços relevantes para essa modalidade, tal como o estudo sobre o estabelecimento de uma cultura de cursos para formação continuada na modalidade, bem como a produção de material didático.

Nesse sentido, registramos falas dos profissionais-cursistas que propuseram a criação de novos cursos, com maior carga-horária, estabelecendo uma rotina para a formação continuada na Educação de Jovens e Adultos da SEEDF. Resgatamos também a ênfase dada nas especificidades e nos processos específicos da organização do trabalho pedagógico como subsídios para a construção qualificada de possíveis sequências didáticas a serem desenvolvidas em salas de aulas da EJA, no intuito de contribuir com as aprendizagens dos alunos. ■

Notas

- ¹ Primeiro grupo de formadores em Educação de Jovens e Adultos da EAPE: Airan Almeida de Lima, Alexândra Pereira da Silva, Ana José Marques, Andréia Costa Tavares, Angélica Acácia Ayres Angola, Cléssia Mara Santos, Francisco José da Silva, Juliana Alves de Araújo Bottechia, Kattia de Jesus Amin Athayde Figueiredo, Leila Darc Souza, Reinaldo Vicentini Júnior, Renato Ferreira dos Santos, Robson Santos Câmara Silva, Vânia Elisabeth Andrino Bacelar (*in memoriam*).

Bibliografia

- BRASIL. **Biblioteca Digital – EJA**. Disponível em: <http://www.eja.ce.ufpb.br/eja/index.jsp>. Acesso em 20 de março de 2017.
- _____. **Fórum EJA**. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em 30 de março de 2017.
- _____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD/2013**. Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, Brasília, 2013.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Censo Escolar, 2015**. Brasília: SEEDF, 2015. Disponível em <http://www.se.df.gov.br/servicos/censo-escolar/469-censo-escolar-2015.html> ; acesso em 12/04/2017.
- _____. **Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal** - Educação de Jovens e Adultos. Brasília: SEEDF, 2010.
- _____. **Currículo em movimento**. SEEDF, 2014.
- _____. **Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala 2014-2016**. SEEDF, 2014.
- _____. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017**. SEEDF, 2014.
- _____. **Diretrizes Pedagógicas**. Brasília: SEEDF, 2009.
- _____. **Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: SEEDF, 2010.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005. Disponível em <http://possedf.adiead.org.br/mod/biblioteca>; acesso em 11/04/2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KELMAN, Celeste A.; CARVALHO, Erenice N. S.; NEVES, Marisa M. B. da J.; RAPOSO, Patrícia N. **Necessidades Especiais no Contexto Escolar: a ação do professor**. CEAD/ UnB, Brasília – 2008.
- REIS, Renato. H. **Educação de Jovens e Adultos: uma conversa prosa entre educandos-educadores e educadores-educandos**. v. 1. 1ª. ed. CEAD/ UnB, Brasília - 2007.
- SANTOS, Wildson L. P. dos. **Educação Científica Humanística em uma Perspectiva Freireana: resgatando a função do ensino de CTS**. Alexandria, v. 1, p. 109-131, mar. 2008.
- SANTOS, Wildson L. P. dos. **Educação Científica na Perspectiva de Letramento como Prática Social: funções, princípios e desafios**. Revista Brasileira de Educação, v. 36, p. 474-492, set./dez. 2007.